



PROTOCOLO N°. 708 /2022	Data: 11 / 07 /2022	Hora: 15 : 35 min	Assinatura:
ORDEM DO DIA	DECISÃO PLENÁRIA - Data: 11 / 07 /2022		
Data: 11 / 07 /2022	<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO () REPROVADO		Visto Secretário:
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA			

Assunto: Projeto de Lei nº 19/2022 – Dispõe sobre a alteração dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, nos termos da emenda constitucional 120/2022, e dá outras providências.

Autoria: Poder Executivo

RELATÓRIO

Aportou nesta Comissão para análise e emissão de parecer o Projeto de Lei n.º 019/2022 de autoria do Poder Executivo.

Referido projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa sob o nº 704/2022, na data de 11/07/2022.

Trata-se de projeto de lei que busca fixar o vencimento básico mensal, a ser pago aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate a endemias, em R\$2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais), para a respectiva jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a Emenda Constitucional nº 120/2022.

Conforme previsto no art. 69, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

Não há críticas a fazer quanto ao aspecto regimental e técnica legislativa, uma vez que o projeto em análise atende as normas impostas pela Lei Complementar Federal n.º 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que se refere à competência legiferante do Município, o presente projeto acha-se amparado pelo Inciso II do artigo 36 da Lei Orgânica do Município, pelo Parágrafo Único do art. 195 da Constituição Estadual, e pelo artigo 30, Inciso I da Constituição Federal.

A competência para iniciar o processo legislativo em matéria que trate do aumento da remuneração dos servidores do Poder Executivo, tratada no presente projeto, é *exclusiva* do Prefeito Municipal, de conformidade com o artigo 36, II, da Lei Orgânica do Município.



O projeto sob exame encontra-se em conformidade com as normas estabelecidas pela Constituição Federal, em especial, com o §9º, do art. 198, acrescido pela Emenda Constitucional nº 120/2022, que estabelece que ***“O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.”***

Ademais, vislumbra-se que foram atendidas as disposições Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que o projeto veio acompanhado do Relatório de Estimativa de Impacto e da Declaração de Compatibilidade com as Leis Orçamentárias, ressaltando que: ***“O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.”***(art. 198, §7º, CF/88)

Da análise dos demais dispositivos da presente proposição, não encontramos óbices que possam contribuir contra a sua aprovação.

Neste sentido, este Relator é de Parecer Favorável à aprovação do Projeto de Lei n. 019/2022, de autoria do Poder Executivo.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 11 de julho de 2022.

Ver. Arnildo Gerhardt Neto – PODEMOS
Presidente/Relator

Que seja feita emenda modificativa
no art. 1º, do projeto de Lei nº 19/2022
do poder executivo, alterando para que
siga a Lei Emenda Constitucional 120/2022
no artigo 198, § 9º, alterando o vencimento
a dois salários mínimos.



Arnildo Gerhardt Neto
Secretário da Câmara Municipal
Diamantino - MT

Relator da CCT



RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR
PARECER Nº 53/2022 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça, aprovou o Relatório apresentado pelo Presidente/Relator e opinando unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e pelo mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 19/2022.

Plenário Ver. Juvenal B. Soares, 11 de julho de 2022.


Ver. Adriano Soares Correa – PSB
Vice Presidente


Ver. José Carlos David – PDT
Membro